



Justiça obriga Correios a retornar com vigilância armada em agências do Amapá

Serviço foi retirado em agosto em função de reordenamento financeiro da empresa. Vara do Trabalho atendeu pedido do sindicato e determinou retorno de vigilantes em 30 dias.

A 4ª Vara do Trabalho de Macapá determinou que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) mantenha o serviço de vigilância armada em todas as agências no Amapá. A decisão em caráter liminar é uma resposta à ação ingressada pelo sindicato da categoria, que alegou insegurança após a retirada dos vigilantes em 18 dos 19 postos no estado.

A superintendência do órgão no Amapá informou que até o momento não foi notificada da decisão. A retirada dos vigilantes no mês de agosto foi motivada pela reorganização financeira dos Correios, que passa por crise, anunciando inclusive o fechamento de duas agências em Macapá. A segurança está sendo feita por câmeras de monitoramento.

Com a liminar concedida na quinta-feira (31), a Vara determinou que a vigilância armada seja

retomada em até 30 dias sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. O juiz Albeniz Martins e Silva argumentou que as agências trabalham com manutenção de altos valores.

“Por fim, cumpre ressaltar que a própria norma coletiva entabulada pelas partes estabelece a prioridade da preservação da vida dos trabalhadores em detrimento dos demais aspectos da atividade postal fato que, por si só, torna ilegítima a medida adotada pela empresa”, diz a decisão.

FST reúne-se com CNBB e solicita apoio ao Movimento Resistência contra o desmonte da CLT



Uma delegação do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega 22 Confederações Nacionais laborais – entre elas a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) – , reuniu-se na quinta-feira (31), na sede da CNBB, em Brasília, com Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, para convidar a instituição Igreja Católica no país a participar do ato de lançamento do Movimento Resistência contra o desmonte da Legislação Trabalhista e de coleta de assinaturas em apoio a um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para revogar as recentes alterações na CLT, marcado para o próximo dia 05 de setembro, às 10h, no Hotel Nacional.

O Presidente da CNTI, José Calixto Ramos, entregou o convite ao secretário-geral da

CNBB e também fez uma ampla explanação sobre as “graves consequências” da Reforma Trabalhista para os trabalhadores e, também, as organizações sindicais.

Marcaram presença, também, os representantes da CNTS (Saúde), do DIAP e do DIEESE. Todos foram unânimes em reconhecer “o importante papel da CNBB e da igreja no trabalho de conscientização e, depois, de pressão junto ao Congresso Nacional para revogar a nova legislação que promoveu um grande retrocesso nos direitos e conquistas dos trabalhadores”. Dom Leonardo Steiner agradeceu pelo convite, falou das preocupações da CNBB com os desdobramentos da reforma trabalhista e salientou o fato da nova lei “não ter sido debatida amplamente com a sociedade, muito menos com os trabalhadores”. O secretário-geral da CNBB destacou a importância do trabalho de “conscientização junto à sociedade” e de “pressão junto ao Congresso Nacional”, considerando que “a situação do país é muito grave, principalmente diante do descrédito na política, o que alimenta o autoritarismo e até atitudes fascistas”.

Fonte: FST

CUT agenda para 7/9 lançamento do Plip contra a reforma Trabalhista



Definida a agenda de lutas durante o Congresso Extraordinário, a CUT agora acelera o passo para impedir que a Reforma Trabalhista entre em vigor após ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O primeiro passo acontece já em 7 de setembro, dia do Grito dos Excluídos, com o lançamento da Ação Nacional pela Anulação da Reforma Trabalhista, que tem como objetivo coletar mais de 1,3 milhões de assinaturas para apresentar ao parlamento um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) contra as maldades do ilegítimo Michel Temer (PMDB) e sua base.

Em debates no Congresso da Central, as confederações, federações e sindicatos foram orientados a montar comitês de coleta de assinatura, inclusive fora das organizações, em praças, ruas e principais pontos de circulação de pessoas, para barrar o assalto à CLT.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

A CUT disponibilizará um kit de coleta de assinaturas contendo o texto do projeto de lei, formulário e uma cartilha sobre os prejuízos da reforma. Esses materiais estarão disponíveis no portal anulareforma.cut.org.br, no ar a partir da próxima terça-feira (5 de setembro).

A reforma trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer (PLC 38/2017) foi aprovada no Senado por 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. A matéria foi sancionada no dia 13 de julho como Lei 13.467/2017 e entra em vigor a partir do dia 11 de novembro de 2017.

O objetivo do Projeto de Lei de Iniciativa Popular é fazer com que essa medida se some a outras 11 leis revogadas por meio desse instrumento. A Constituição Federal permite que a sociedade apresente uma proposta à Câmara dos Deputados, desde que seja assinada por um número mínimo de cidadãos distribuídos por pelo menos cinco Estados brasileiros.

Depois de atingida essa meta, o texto pode ser protocolado na Câmara Federal e segue a mesma trajetória de qualquer outro projeto de lei no Congresso Nacional, com votações dos deputados e dos senadores.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo,

Lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF